



Relatório Macroeconômico

Março 2026

Eventos Relevantes de 2026

Janeiro

21/01 Audiência da diretora do FED Lisa Cook.
28/01 Reunião do FOMC para decisão de juros
Resultado = manutenção em 3,5%-3,75% a.a..
28/01 Reunião do Copom para decisão de juros.
Resultado = manutenção em 15% a.a..
31/01 Fim do financiamento temporário de gastos nos EUA

Fevereiro

05/02 Reunião do BCE para decisão de juros
Resultado = manutenção das taxas

Março

08/03 Eleições Legislativas na Colômbia.
18/03 Reunião do FOMC para decisão de juros
18/03 Reunião do Copom para decisão de juros.
19/03 Reunião do BCE para decisão de juros
23/03 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.

Abril

02/04 Primeiro Turno das Eleições Presidenciais e Eleições Legislativas no Peru.
04/04 Prazo final para filiação partidária, mudança de domicílio eleitoral e para presidente, governadores e prefeitos saírem dos cargos para concorrer a outras funções.
29/04 Reunião do FOMC para decisão de juros
29/04 Reunião do Copom para decisão de juros.
30/04 Reunião do BCE para decisão de juros

Maió

01/05 Troca dos presidentes de FEDs regionais que votam nas decisões de juros.
15/05 Posse do novo presidente do FED
22/05 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.
31/05 Primeiro Turno das Eleições Presidenciais na Colômbia.

Junho

07/06 Segundo Turno das Eleições Presidenciais no Peru.
11/04 Reunião do BCE para decisão de juros
17/06 Reunião do FOMC para decisão de juros
17/06 Reunião do Copom para decisão de juros.
21/06 Segundo Turno das Eleições Presidenciais na Colômbia.
Expectativa do fim do julgamento das tarifas de importação dos EUA.

Julho

20/07 Início do período destinado às convenções partidárias e à definição de candidaturas para a eleição.
20/07 Início do prazo para protocolar os pedidos de registro de candidatura na Justiça Eleitoral.
22/07 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.
23/07 Reunião do BCE para decisão de juros
29/07 Reunião do FOMC para decisão de juros

Agosto

05/08 Fim do período destinado às convenções partidárias e à definição de candidaturas para a eleição.
05/08 Reunião do Copom para decisão de juros.
15/08 Fim do prazo para protocolar os pedidos de registro de candidatura na Justiça Eleitoral.
16/08 Início da propaganda eleitoral.

Setembro

10/09 Reunião do BCE para decisão de juros
16/09 Reunião do FOMC para decisão de juros
16/09 Reunião do Copom para decisão de juros.
22/09 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.

Outubro

04/10 Primeiro Turno das Eleições Presidenciais no Brasil.
25/10 Segundo Turno das Eleições Presidenciais no Brasil.
28/10 Reunião do FOMC para decisão de juros
29/10 Reunião do BCE para decisão de juros

Novembro

03/11 Eleições legislativas nos EUA
04/11 Reunião do Copom para decisão de juros.
23/11 Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.

Dezembro

09/12 Reunião do FOMC para decisão de juros
09/12 Reunião do Copom para decisão de juros.
17/12 Reunião do BCE para decisão de juros

Choques externos aumentam a incerteza do cenário econômico

A escalada do conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã levou a uma forte reação nos preços do petróleo, adicionando um novo fator de risco para a inflação global e aumentando a complexidade do cenário para os bancos centrais.

Nesse contexto, o Federal Reserve enfrenta um ambiente desafiador. A economia americana continua relativamente resiliente, enquanto a inflação permanece acima da meta e os riscos associados aos preços de energia ganharam relevância. A comunicação recente do FOMC sugere um Comitê dividido, mas com predominância de uma postura cautelosa e dependente dos dados. Assim a expectativa do mercado é de um Fed paciente, com viés de flexibilização apenas gradual ao longo de 2026, condicionado a evidências mais claras de convergência da inflação e à ausência de novos choques inflacionários relevantes.

Na Europa, a economia da área do euro continua crescendo em ritmo moderado, sustentada principalmente pela demanda doméstica. Indicadores recentes apontam continuidade da expansão no início do ano, embora sem sinais claros de aceleração. Ao mesmo tempo, o cenário inflacionário permanece relativamente benigno, com inflação próxima da meta do BCE. Ainda assim, a região permanece particularmente sensível a choques de energia, em função da elevada dependência de importações de gás e do atual nível relativamente baixo dos estoques, o que aumenta a vulnerabilidade diante da escalada das tensões no Oriente Médio.

Na China, as autoridades sinalizaram maior aceitação de um ritmo estruturalmente mais moderado de crescimento. Ao mesmo tempo, o governo manteve o foco na expansão da base industrial e na autonomia tecnológica, priorizando setores estratégicos como semicondutores, inteligência artificial e biotecnologia. Apesar de alguma melhora cíclica nos indicadores recentes, a economia chinesa segue enfrentando desafios estruturais importantes, incluindo a fraqueza do consumo doméstico e a crise prolongada no setor imobiliário.

No Brasil, o quadro macroeconômico combina sinais mistos. A inflação recente voltou a surpreender para cima, sobretudo em serviços, enquanto a atividade econômica mostra sinais de recuperação no início do ano, apoiada por um mercado de trabalho resiliente e estímulos fiscais, após desacelerar no 2º semestre de 2025. Nesse contexto, no cenário atual, o Copom deve iniciar na próxima reunião o processo de calibragem da política monetária. Ainda assim, a recente deterioração do ambiente externo, especialmente por meio do canal de energia e câmbio, elevou o grau de incerteza e reforça nossa avaliação de que o ciclo de flexibilização ao longo de 2026 deverá ocorrer de forma gradual e cautelosa.

Estados Unidos: Tarifas, petróleo e cenário no Fed elevam a incerteza para a política monetária

A política comercial voltou ao centro do debate macro nos Estados Unidos após a decisão da Suprema Corte que limitou o uso do *International Emergency Economic Powers Act* como base jurídica para parte das tarifas implementadas pelo governo em 2025. Essas tarifas tiveram papel central no aumento do protecionismo comercial americano, respondendo por cerca de 7 pontos percentuais dos aproximadamente 10 pontos de elevação na tarifa efetiva média dos EUA naquele ano. Com a decisão judicial, o Tesouro deverá restituir cerca de US\$130 bilhões às empresas que recolheram esses impostos. Ainda assim, o impacto prático tende a ser limitado. O governo reagiu rapidamente anunciando uma tarifa global de 10% sob a Seção 122 da Trade Act de 1974 e sinalizou que pretende ampliar o uso de instrumentos como as Seções 232 e 301, preservando, na prática, o atual regime protecionista.

Do ponto de vista econômico, a evidência empírica sugere que o custo das tarifas continua recaindo majoritariamente sobre a própria economia americana. Estudos recentes indicam que mais de 85% da incidência tarifária tem sido absorvida por importadores e consumidores domésticos. Apesar disso, as tarifas tiveram impacto limitado sobre o déficit comercial agregado, uma vez que parte relevante das importações foi redirecionada para terceiros países à medida que cadeias produtivas globais foram reorganizadas.

No campo monetário, a comunicação recente dos membros do FOMC sugere um Comitê relativamente dividido, mas com predominância de uma postura cautelosa e dependente dos dados. De um lado, alguns participantes com inclinação mais "*dovish*" argumentam que a política ainda se encontra acima do nível neutro e que cortes graduais poderão ser apropriados caso o processo de desinflação continue ou caso surjam sinais de enfraquecimento no mercado de trabalho. Por outro, uma parcela relevante do Comitê enfatiza que a inflação ainda permanece elevada e discute a taxa neutra, o que justifica maior paciência antes de iniciar um ciclo de afrouxamento. No centro desse debate, a maioria parece convergir para uma estratégia de "*wait-and-see mode*", avaliando reunião a reunião a evolução de inflação e atividade. Nesse contexto, o mercado espera um Fed cauteloso, com viés de flexibilização ao longo de 2026, com cortes de juros condicionados à evidência mais clara de convergência da inflação à meta e à ausência de novos choques inflacionários, como os recentes riscos associados aos preços de energia.

A guerra entre Estados Unidos/Israel e Irã, iniciada em 28 de fevereiro, teve impacto imediato nos preços do petróleo, adicionando complexidade à função de reação da política monetária. De acordo com o manual de política monetária, choques de oferta tendem a ser estagflacionários, gerando um troca entre inflação e atividade, limitando a capacidade de resposta imediata dos bancos centrais. Participantes do FOMC têm enfatizado que a reação dependerá sobretudo da persistência do choque energético. Como destacou recentemente o presidente do Fed de Richmond, aumentos temporários nos preços de energia tendem a ser tratados como transitórios, mas movimentos mais duradouros podem contaminar as expectativas de inflação e exigir resposta mais firme da autoridade monetária.

Estimativas de mercado sugerem que, caso o petróleo permaneça próximo de US\$80/barril, o impacto macroeconômico nos Estados Unidos tende a ser moderado. As estimativas do mercado indicam que uma alta sustentada de 10% no preço do petróleo adiciona cerca de 20-30 pontos-base à inflação cheia e apenas 4 pontos-base ao núcleo, enquanto o efeito sobre o crescimento tende a ser limitado, com um aumento de US\$10 por barril reduzindo o crescimento do PIB em cerca de 0,1 ponto percentual. O principal canal de transmissão ocorre por meio da redução da renda real das famílias e do consumo, parcialmente compensado por maior investimento no setor de energia.

Por ora, os mercados financeiros continuam tratando o episódio como um choque temporário de oferta. A estrutura a termo do petróleo aponta para queda gradual dos preços ao longo de 2026 e início de 2027, com a curva futura convergindo para a faixa de US\$65-70/barril, sugerindo que os agentes econômicos esperam normalização do mercado de energia após a fase inicial de disrupção.

Nesse contexto, os riscos para a política monetária voltam a pender para a inflação. A atividade econômica permanece resiliente e há sinais de estabilização no mercado de trabalho após a desaceleração observada em 2025. Caso o choque energético se mostre mais persistente, o processo de desinflação poderá ser ainda mais lento, se não temporariamente revertido, mantendo a política monetária em território modestamente restritivo por mais tempo. Os mercados financeiros já começaram a incorporar esse risco: o choque do petróleo levou a uma abertura relevante nas taxas dos Treasuries, enquanto o mercado futuro passou a precificar um ciclo de afrouxamento monetário mais limitado, retirando um corte de 25 pontos base de juros da trajetória esperada para 2026.

Para monitorar: persistência do choque de petróleo, evolução das expectativas de inflação e sinais de estabilização no mercado de trabalho.

Gráfico 1: ISM - Emprego

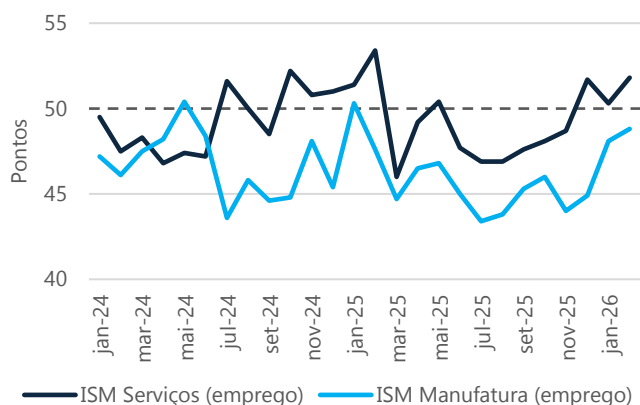
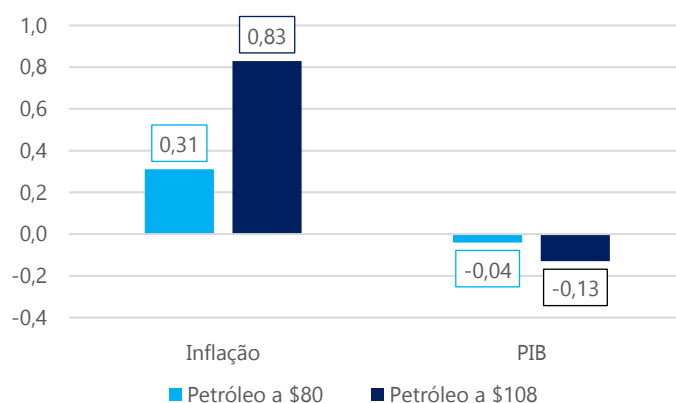


Gráfico 2: Estimativa do impacto do aumento do petróleo na inflação e no crescimento do PIB



Fonte: Bloomberg. Elaboração: Área econômica do grupo da i9.

Zona do Euro: Atividade resiliente, mas riscos crescentes no front energético

A economia da área do euro segue em trajetória de crescimento moderado no início de 2026, com expansão próxima da tendência e inflação ainda perto da meta do BCE. O PIB do 4º trimestre foi confirmado em 0,3% t/t, com crescimento puxado principalmente pela demanda doméstica, em especial consumo e investimento em países como a Alemanha. Ao mesmo tempo, indicadores mais recentes sugerem continuidade da expansão no início do ano, mas sem sinais claros de aceleração do ritmo de crescimento.

Os PMIs de fevereiro indicam leve melhora, refletindo aceleração moderada nos serviços e alguma recuperação da indústria. O avanço foi sustentado principalmente por novos pedidos domésticos, enquanto exportações seguem fracas. Ao mesmo tempo, pressões de custos voltaram a acelerar, especialmente ligadas a salários, energia e transporte, mantendo a atenção sobre o comportamento da inflação de serviços.

No front inflacionário, a prévia de fevereiro mostrou alta do núcleo para 2,4% a/a, enquanto o headline subiu para 1,9%, ainda próximo da meta do BCE. Parte do movimento parece refletir fatores pontuais, como o aumento de preços de lazer e hospitalidade na Itália no mês das Olimpíadas de Inverno, mas o recente choque nos preços de energia ligado ao conflito no Oriente Médio aumenta a incerteza para os próximos meses.

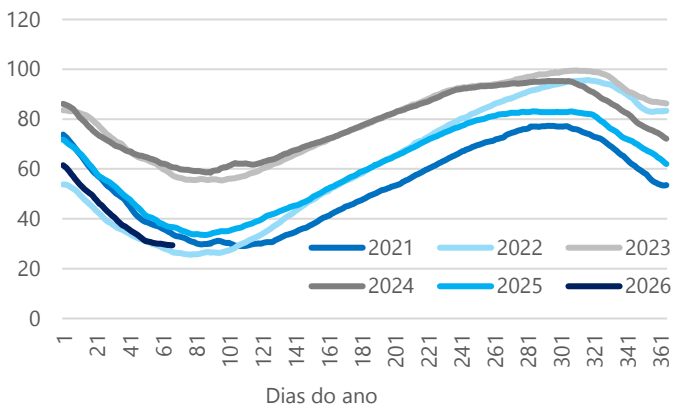
A economia europeia tende a ser particularmente sensível a choques energéticos, dado o elevado grau de dependência de importações de gás natural, inclusive o liquefeito (LNG), em um contexto em que o continente ainda se ajusta à perda do suprimento russo após o início da guerra na Ucrânia há mais de quatro anos. Além disso, os níveis de armazenamento de gás encontram-se abaixo da média histórica para esta época do ano, reduzindo a margem de segurança diante de eventuais interrupções de oferta.

Para monitorar: impacto do choque de energia sobre a inflação, dinâmica da inflação de serviços e salários e evolução da demanda doméstica e do crédito.

Gráfico 3: PMI composto na Área do Euro



Gráfico 4: Estoque de gás na Europa



Fonte: Bloomberg e GIE/Aggregated Gas Storage Inventory. Elaboração: Área econômica do grupo da i9.

China: Metas mais baixas

Fevereiro teve menor fluxo de indicadores por conta do feriado do Ano Novo Lunar, mas o principal evento do período foi o início do Congresso Nacional do Povo, que definiu as diretrizes econômicas para 2026. O governo estabeleceu uma meta de crescimento entre 4,5% e 5,0% para o ano, a mais baixa em mais de três décadas e inferior ao objetivo de “cerca de 5%” adotado nos últimos anos. A definição de um intervalo indica maior tolerância das autoridades a um ritmo estruturalmente mais moderado de expansão, diante de desafios persistentes como fraqueza do consumo, crise prolongada no setor imobiliário e envelhecimento populacional.

O governo reiterou que a expansão da demanda doméstica segue como prioridade, mas sem anúncio de um grande pacote de estímulo. Ao mesmo tempo, ganhou ainda mais peso a estratégia de fortalecimento da base industrial e da autonomia tecnológica, com ênfase em setores como semicondutores, inteligência artificial, biotecnologia e novas tecnologias de comunicação. Com gastos fiscais mais contidos do que em 2025 e sem medidas robustas para impulsionar a renda das famílias, a economia chinesa deve continuar dependendo das exportações e do investimento industrial para sustentar o crescimento novamente este ano.

No curto prazo, os PMIs de fevereiro surpreenderam positivamente, com melhora tanto na indústria quanto em serviços após a fraqueza observada no final de 2025. Na indústria, o avanço foi puxado por novos pedidos e pela recuperação da demanda externa, enquanto o setor de serviços também registrou expansão mais forte da atividade. Em conjunto, os dados sugerem alguma recuperação cíclica no início do ano, ainda que o cenário estrutural permaneça marcado por crescimento mais moderado.

Para monitorar: evolução da demanda doméstica e eventuais medidas de apoio à renda das famílias; desempenho das exportações em meio às tensões comerciais globais; e a intensidade do ajuste no setor imobiliário.

Brasil: Corte de juros à frente?

No front da inflação, o IPCA-15 de fevereiro surpreendeu para cima, frustrando as expectativas de uma inflação anual abaixo de 4% já naquela divulgação. O índice registrou inflação de 0,83% m/m e 4,10% a/a, superando as projeções do mercado. A maior surpresa veio da inflação de serviços, com forte contribuição das passagens aéreas e

dos seguros de veículos. Apesar do destaque para esses itens, a difusão de 69% mostra que as pressões no setor de serviços não foram pontuais. O núcleo de serviços subjacentes, alvo de atenção do Banco Central, registrou inflação de 0,66% m/m (5,6% a/a).

Em linhas gerais, o resultado mostrou uma inflação pressionada, com alta em diferentes categorias, e inflação anual das medidas de serviços em um patamar ainda muito elevado, mesmo após uma melhora marginal. Além disso, a recente alta dos preços internacionais de petróleo e diesel, como consequência dos desdobramentos dos conflitos no Oriente Médio, devem chegar mesmo que parcialmente ao consumidor, gerando uma pressão inflacionária adicional. Esse ambiente deve acender um alerta e dificultar o processo de recuo das expectativas de inflação, que já vinham em queda algo mais modesta recentemente.

Na atividade, a Produção Industrial registrou alta de 1,8% m/m e 0,2% a/a em janeiro, acima das expectativas do mercado. Os dados de dezembro foram revisados para baixo, ficando em -1,9% m/m e -0,1% a/a. O resultado mais forte reflete, em parte, um rebote após a forte queda observada em dezembro. Na abertura, na margem, todas as categorias registraram crescimento no mês. Para o primeiro trimestre de 2026, o carregamento estatístico ficou positivo em 0,4%, com alta em grande parte das categorias, com exceção de "Bens de Capital" e "Insumos típicos de construção civil". Em suma, o resultado acima do esperado da Pesquisa Industrial Mensal sugere um resultado menos desfavorável da indústria no início de 2026.

Além disso, os indicadores de emprego apontaram para um mercado de trabalho resiliente no começo de 2026. O Caged registrou criação líquida de 112,3 mil vagas em janeiro, acima das expectativas de criação de 95 mil vagas. Já a PNAD apontou uma taxa de desemprego de 5,4% (dessazonalizada) em janeiro, próxima às mínimas históricas, enquanto os salários reais seguem crescendo acima da inflação.

Por fim, o PIB do 4º trimestre de 2025 registrou crescimento de 0,1% t/t e 1,8% a/a. Na abertura, houve forte desaceleração da formação bruta de capital fixo e estagnação do consumo das famílias. Assim, o fraco resultado de setores sensíveis ao crédito indica que a política monetária tem produzido efeitos mais visíveis na demanda interna. De qualquer forma, os dados parciais desse início de ano sugerem reaceleração do PIB no 1Tri em direção a um crescimento próximo de 1% t/t, com alguma recuperação do consumo provavelmente devido aos estímulos fiscais e resiliência do mercado de trabalho.

O Comitê de Política Monetária (Copom) voltará a se reunir na próxima semana para decidir sobre o nível da taxa Selic, que permanece em 15% a.a. desde meados do ano passado. Em sua comunicação de janeiro, o Comitê indicou que, caso o cenário esperado se confirmasse, antecipava iniciar o ciclo de flexibilização na reunião seguinte, ao mesmo tempo em que enfatizou que a política monetária permaneceria suficientemente restritiva para assegurar a convergência da inflação à meta. O Copom também destacou que o compromisso com a meta exigia uma abordagem "serena" quanto ao ritmo e à magnitude do ciclo de redução de juros. À época, o mercado interpretou essa sinalização como compatível com um corte de até 50 pontos-base na reunião de março, na ausência de mudanças materiais no cenário macro. Desde então, contudo, o fluxo de notícias do cenário internacional tornou-se mais adverso. Em particular, a recente elevação dos riscos geopolíticos, decorrente do conflito no Oriente Médio, provavelmente representa uma deterioração das perspectivas de inflação, dado o comportamento recente dos preços de energia e do câmbio até aqui. O Comitê, portanto, terá de incorporar esse novo fator à sua avaliação prospectiva.

Ainda assim, com base na evolução do cenário e na mais recente declaração pública de um membro do Copom desde a reunião de janeiro, o Banco Central ainda deve seguir inclinado a iniciar aquilo que descreveu como um "processo de calibragem" para a reunião de março. Em comentários no dia 5 de março, o Diretor de Política Monetária, ressaltou que, com a Selic "claramente em território restritivo", o nível atual da taxa oferece um "colchão"

suficiente para absorver choques, ao mesmo tempo em que permite ao Comitê avaliar com serenidade os dados. O diretor também enfatizou que as decisões sobre a taxa de juros não devem ser interpretadas como um resultado mecânico dos modelos utilizados pelo Banco Central, observando que “não existe relação mecânica entre o modelo e a decisão de política monetária”. Por fim, observou que, embora os comentários refletissem sua interpretação pessoal, estavam amplamente alinhados com as discussões no âmbito do Comitê. Ao mesmo tempo, o diretor reconheceu o dinamismo ainda significativo do mercado de trabalho e o nível elevado de incerteza do cenário atual.

Nesse contexto, o Copom deve seguir confortável em manter seu plano de iniciar o processo de calibragem em março. Caso não seja observada uma deterioração aguda do ambiente externo nos próximos dias, um corte de 50 pontos-base ainda parece plausível como passo inicial. No entanto, o cenário de curto prazo tornou-se mais fluido diante da recente elevação dos riscos geopolíticos e suas implicações para os preços de energia e para o câmbio. Assim, um movimento mais cauteloso (de 25 pontos-base) não pode ser totalmente descartado, a depender da evolução das informações disponíveis até a reunião da próxima semana.

Por fim, vale notar que, de forma mais ampla, o fluxo recente de dados reforça a expectativa de que o ciclo de flexibilização ao longo deste ano deverá ser cauteloso e gradual. Apesar de alguma desaceleração em setores sensíveis aos juros durante o segundo semestre de 2025, o mercado de trabalho permanece notavelmente resiliente, com continuidade na geração de empregos e crescimento nominal robusto dos salários. As estimativas iniciais para o primeiro tri de 2026 também apontam para uma retomada do crescimento do PIB da ordem de 0,8-1% t/t. Além disso, a inflação de serviços segue em níveis elevados, e as divulgações mais recentes trouxeram sinais marginalmente menos favoráveis. Por fim, o processo de reancoragem das expectativas de inflação parece ter perdido impulso, com as expectativas ainda acima da meta mesmo em horizontes mais longos. Em conjunto, esses elementos sugerem que, embora o início do processo de calibragem permaneça provável, o ciclo de flexibilização como um todo deverá avançar em ritmo gradual, com o Comitê mantendo uma postura relativamente restritiva ao final do ciclo.

Para monitorar: evolução da inflação de serviços, sinais de desaceleração da atividade e impactos do conflito no Oriente Médio.

Gráfico 5: IPCA-15: Serviços Subjacentes

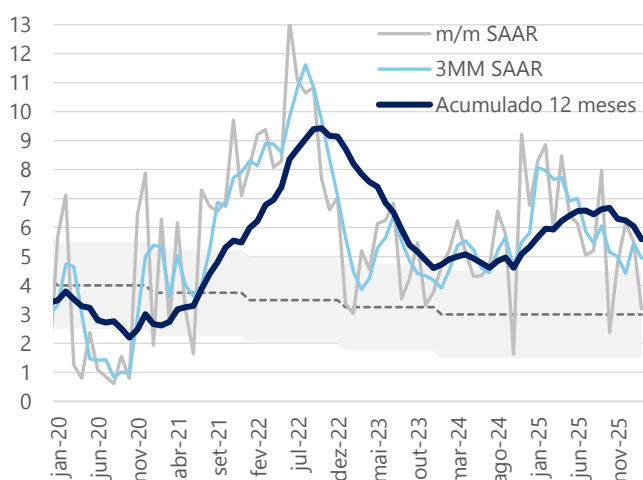


Gráfico 6: Salários (em termos reais, a/a)

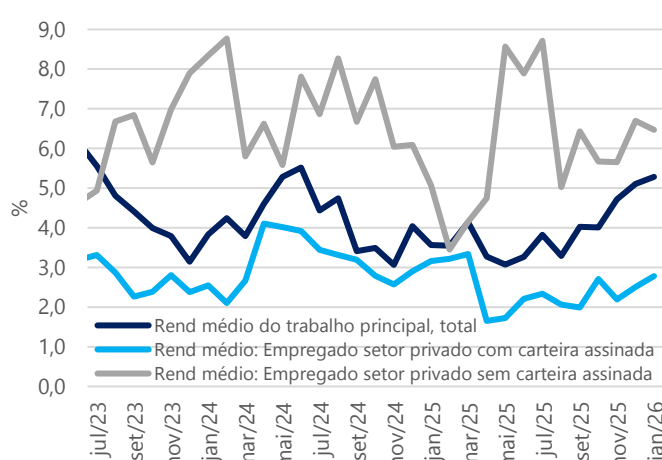


Tabela 1: Indicadores Financeiros (janelas acumuladas até fevereiro de 2026)

ÍNDICES	MÊS	ANO	12 M	24 M	36 M	48 M	60 M
CDI	1,00%	2,17%	14,50%	27,24%	43,45%	62,10%	71,25%
IMA-S	1,01%	2,20%	14,66%	27,76%	44,25%	63,22%	73,36%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	0,79%	2,16%	15,23%	30,03%	51,14%	69,15%	83,64%
IMA-B	1,79%	2,81%	14,54%	13,40%	30,07%	40,40%	41,69%
IRF-M	0,99%	2,97%	17,95%	22,60%	42,03%	56,42%	57,17%
DÓLAR	-1,54%	-6,41%	-11,96%	3,34%	-1,12%	0,20%	-6,88%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	4,09%	17,17%	53,74%	46,32%	79,91%	66,86%	71,57%
MSCI WORLD em R\$	-0,91%	-3,74%	5,43%	41,10%	65,98%	53,20%	55,60%
NASDAQ em R\$	-4,87%	-8,72%	5,89%	45,57%	95,66%	65,85%	60,00%
S&P 500 em R\$	-2,39%	-5,96%	1,71%	39,48%	71,33%	57,19%	68,07%
MSCI WORLD (Moeda original)	0,64%	2,85%	19,75%	36,55%	67,86%	52,90%	67,10%
NASDAQ (Moeda original)	-3,38%	-2,47%	20,27%	40,87%	97,88%	65,53%	71,83%
S&P 500 (Moeda original)	-0,87%	0,49%	15,52%	34,98%	73,26%	56,89%	80,49%

Elaboração: Backoffice i9.

Tabela 2: Indicadores Financeiros (janelas mensais - últimos 12 meses)

	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	jan-26	fev-26
CDI	0,96%	1,06%	1,14%	1,10%	1,28%	1,16%	1,22%	1,28%	1,05%	1,22%	1,16%	1,00%
IMA-S	0,96%	1,05%	1,16%	1,11%	1,30%	1,17%	1,24%	1,29%	1,06%	1,23%	1,18%	1,01%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	1,85%	0,59%	1,38%	1,19%	1,42%	1,10%	1,19%	1,08%	1,10%	1,21%	1,36%	0,79%
IMA-B	1,84%	2,09%	1,70%	1,30%	-0,79%	0,84%	0,54%	1,05%	2,04%	0,31%	1,00%	1,79%
IRF-M	1,39%	2,99%	1,00%	1,78%	0,29%	1,66%	1,26%	1,37%	1,67%	0,30%	1,96%	0,99%
DÓLAR	-1,82%	-1,42%	0,85%	-4,41%	2,66%	-3,14%	-1,99%	1,24%	-0,94%	3,16%	-4,95%	-1,54%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	6,08%	3,69%	1,45%	1,33%	-4,17%	6,28%	3,40%	2,26%	6,37%	1,29%	12,56%	4,09%
MSCI WORLD em R\$	-6,38%	-0,69%	6,58%	-0,38%	3,92%	-0,72%	1,04%	3,20%	-0,76%	3,91%	-2,86%	-0,91%
NASDAQ em R\$	-9,89%	-0,58%	10,48%	1,87%	6,45%	-1,61%	3,52%	5,99%	-2,44%	2,61%	-4,05%	-4,87%
S&P 500 em R\$	-7,47%	-2,17%	7,05%	0,33%	4,88%	-1,29%	1,48%	3,53%	-0,81%	3,11%	-3,65%	-2,39%
MSCI WORLD (Moeda original)	-4,64%	0,74%	5,69%	4,22%	1,23%	2,49%	3,09%	1,94%	0,18%	0,73%	2,19%	0,64%
NASDAQ (Moeda original)	-8,21%	0,85%	9,56%	6,57%	3,70%	1,58%	5,61%	4,70%	-1,51%	-0,53%	0,95%	-3,38%
S&P 500 (Moeda original)	-5,75%	-0,76%	6,15%	4,96%	2,17%	1,91%	3,53%	2,27%	0,13%	-0,05%	1,37%	-0,87%

Elaboração: Backoffice i9.

DISCLAIMER

A presente Nota Macroeconômica ("Nota") foi elaborada pelo economista-chefe da i9 Advisory e não se configura como um relatório de análise para fins de Resolução CVM nº 20, de 25 de fevereiro de 2021. Neste sentido, a Nota reflete única e exclusivamente as opiniões do economista-chefe em relação ao conteúdo apresentado.

O objetivo meramente informativo da Nota não deverá ser interpretado como uma oferta ou solicitação de oferta para aquisição de valores mobiliários ou a venda de qualquer instrumento financeiro. Este material não leva em consideração os objetivos, planejamento estratégico, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor em particular.

Destacamos que as informações contidas na Nota foram obtidas por meio de fontes públicas consideradas seguras e confiáveis na data em que o material foi divulgado. Entretanto, apesar da diligência na obtenção das informações apresentadas, as projeções e estimativas contidas na Nota não devem ser interpretadas como garantia de performance futura pois estão sujeitas a riscos e incertezas que podem ou não se concretizar. Neste sentido, não apresentamos nenhuma garantia acerca da confiabilidade, exatidão, integridade ou completude (expressas ou não) dessas mesmas informações abordadas.

A i9 Advisory não se obriga em publicar qualquer revisão ou atualizar referidas projeções e estimativas frente a eventos ou circunstâncias que venham a ocorrer após a data deste documento. Ademais, ao acessar o presente material, o interessado compreende dos riscos relativos ao cenário macroeconômico abordado nesta Nota.

Por último, a i9 Advisory e/ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não se responsabiliza por qualquer decisão do investidor que forem tomados com base nas informações aqui divulgadas, nem por ato praticado por profissionais por ele consultados e tampouco pela publicação acidental de informações incorretas. A i9Advisory informa que potenciais investidores devem buscar aconselhamento financeiro profissional sobre a adequação do investimento em valores mobiliários ou outros investimentos e estratégias discutidas